

Notas sobre uma possível aproximação conceitual entre a arquivologia e a abordagem de gestão da informação e do conhecimento

Rafael Aparecido Moron Semidão
Marta Lígia Pomim Valentim

Como citar: SEMIDÃO, Rafael Aparecido Moron; VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Notas sobre uma possível aproximação conceitual entre a arquivologia e a abordagem de gestão da informação e do conhecimento. *In:* VALENTIM, Marta Lígia Pomim (org.). **Estudos avançados em Arquivologia**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 275-290.
DOI: <https://doi.org/10.36311/2012.978-85-7983-266-6.p275-290>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

CAPÍTULO 14

NOTAS SOBRE UMA POSSÍVEL APROXIMAÇÃO CONCEITUAL ENTRE A ARQUIVOLOGIA E A ABORDAGEM DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO

Rafael A. Moron Semidão

Marta Lígia Pomim Valentim

1 INTRODUÇÃO

É proposto, de forma sugestiva, reflexões sobre a Arquivística em algumas possíveis aproximações com a gestão da informação (GI) e a gestão do conhecimento (GC) sobre uma esteira conceitual comum que se identifica com a Ciência da Informação, para que com isso se desenhe uma representação estrutural de um domínio teórico favorável à complementaridade e transposição conceitual entre a Arquivologia e as abordagens de GI e de GC. Essa representação seria apenas aproximativa, nocial e não conclusiva, da compreensão, por assim dizer, ontológica entre cada uma das partes, e se prestaria a ilustrar com suficiência funcional a ossatura ideal na qual os conceitos e respectivos campos semânticos se articulariam para expressar validamente contextos informativos em dois níveis: um propriamente teórico que verifica o alcance descritivo do conceito e outro pragmático que proporciona a operacionalização de condutas possíveis.

Para tanto, parte-se do pressuposto que uma abordagem sistemática própria do discurso científico, seja capaz de lidar com premissas reconhecidamente relativas fazendo abstração desta relatividade e concebendo por uma convenção, abarcar tais pressupostos provisoriamente como se absolutos fossem e, assim, tiram do escopo (operativamente) o que poderia tornar o enfoque muito amplo. Em decorrência disso, a exposição lógica dos conteúdos estudados requer que se especifique o discurso aos moldes do público destinatário e interlocutor, daí a opção por articular as notas em forma de representação estrutural nos moldes dos modelos explicativos comumente utilizados na construção teórica da GI e GC para operar como uma matriz para referência conceitual.

Como efeito segundo as reflexões sobre a representação do espaço de confluência conceitual enfocado, se pensa na explicitação de uma pertinência teórica que se prestaria a alçar a Arquivologia à abrangência dos ativos de conhecimento no quadro contextual e orgânico que caracteriza a contribuição da mesma para a gestão do processo informativo.

Essas notas reflexivas estão dispostas, ademais, em sequência dialética que parte do posicionamento preliminar da Arquivologia no interior do domínio epistemológico da Ciência da Informação, passa pela descrição sumária da GI e da GC, destaca o processo comunicativo identificado com a articulação conceitual dos termos ‘dados, informação e conhecimento’ como ambiente discursivo e substrato teórico para fundamentar a relação estrutural entre Arquivologia e Ciência da Informação orientada à abordagem de GI e GC sobre contextos de informação social, e culmina com a rememoração do impasse lógico de todo o percurso diacrônico dos estudos sobre o processo informativo que é a questão sobre o nível real de efetividade do mesmo processo para a criação de conhecimento útil, efetividade essa que, retroativamente, conferiria os objetivos norteadores ao processo. Com isso, espera-se explicitar como fundo subjacente a essa trama de notas, uma noção estrutural que legitime, com força de sugestão, o empenho de abrir à Arquivologia o horizonte de, até então, latentes perspectivas científicas da sua esfera de atuação social.

A Arquivologia teria, nesse contexto, um espaço epistemológico de prática empírica de organização contextual da ‘informação social’ (SILVA, 2000, p.76) enquanto esta se constitui em fenômeno próprio da Ciência da

Informação em termos unitários, ou seja, não de Ciências da Informação em sentido disperso e abstrato, mas uma Ciência da Informação enquanto universo teórico.

Nesse fator contextual oferecido pela Arquivologia estaria sua contribuição estrutural para a constituição da Ciência da Informação como espaço teórico. No contextual se encontra a organicidade e a recuperação da proveniência da informação social, que permite refletir, dessa forma, seu contexto institucional e ou organizacional a despeito do fator temático da Biblioteconomia, enquanto outra prática empírica de organização da informação social no seio da Ciência da Informação, que estabelece um trato informacional externo, sem continuidade orgânica e que assim configura a abordagem por coleções e assuntos.

Para efeitos argumentativos, faz-se necessário um esforço de abstração que pense a Arquivologia inter-relacionada com a Ciência da Informação e em cisão com as perspectivas tradicionais que advogam a favor do documento contra a informação, 'independente' do suporte físico e que desse modo acabam se posicionando em uma frente historicista e patrimonialista que reduz a Arquivologia a uma mera disciplina auxiliar da História e do Direito. Não há, de fato, cabimento teórico em se manter aspectos epistemológicos da História no interior da compreensão epistêmica da Arquivologia a partir da Ciência da Informação, pois como explica Silva (2002, p.67):

[...] a História faz hermenêutica (a interpretação) do acervo informacional de que precisa para responder aos seus problemas e objetivos fundadores de determinada pesquisa, enquanto a CI não propende prioritariamente para a hermenêutica, antes deve compreender e explicar o(s) contexto(s) desse acervo pondo em evidência as suas propriedades intrínsecas, estabelecer analogias e fixar os resultados num processo de conhecimento universal e dinâmico.

É precisamente essa abordagem explicativa e não hermenêutica que a Arquivologia faz uso no seu intuito de organização contextual da informação, pois a interpretação cessa ou deturparia a organicidade. Organicidade essa que reside notadamente na articulação lógica das informações (que forma ou reflete o contexto) e não na massa física dos documentos.

Nesse sentido, então, ficaria insinuada a compreensão da Arquivologia como elemento com forte propensão original para a constituição da Ciência da Informação, uma vez que sua inclusão em tal constituição não se basearia em algo de relação fronteira e auxiliar, mas sim como uma atualização (no sentido de ato e potência) das possibilidades de manifestação do quadro conceitual compreendido pela Ciência da Informação no tocante a seu objeto: a informação social.

A organização contextual do fenômeno da informação social, por sua vez, se justificaria – em analogia estrutural e contraste de abordagem - como linha de delimitação com a Biblioteconomia que se apresenta como um modo (outro) de organização informacional de índole predominantemente temática, tópica e externa. Ambas as formas de organização da informação social se complementam enquanto partes do todo complexo formado pela Ciência da Informação.

No que diz respeito à abordagem de GI e GC a partir da forma arquivística de recuperação de informação contextual dentro do universo da Ciência da Informação é possível vincular à gestão uma posição de fator estratégico como contraparte de uma posição de fator operacional para o ‘fazer arquivístico’.

Nesse sentido, a gestão ocuparia uma meta-perspectiva do contexto organizacional o que lhe permitiria alcançar uma visão, em termos estruturais, do todo sistêmico que dá identidade a organização e, dessa forma, a gestão poderia subsidiar o quadro operacional desenvolvido pela Arquivologia.

Ponjuán Dante (2008, p.35, tradução nossa) explica essa relação toda destacando que:

[...] a gestão da informação não interfere na operação dos subsistemas informativos da organização, pelo contrário facilita e contribui com o seu funcionamento. Assim o sistema de arquivos e/ou gestão documental se vale da gestão da informação em muitos aspectos principalmente no que respeita a:

- A determinação dos prazos de retenção dos documentos;
- A garantia de que exista correspondência com as leis e regulamentações oficiais;
- O manejo de registros organizacionais inativos;

- A organização dos registros organizacionais ativos para sua recuperação;
- A proteção dos registros vitais.

Nota-se, pela observação dos cinco aspectos destacados por Ponjuán Dante (em que a gestão oferece aporte a abordagem arquivística), que a gestão tem potencialidade para abarcar tanto a informação evidenciada em documentação corrente (também chamada de ativa), quanto a evidenciada em documentação permanente (inativa, com valor histórico ou não), alcançando dessa maneira o ciclo de vida todo da informação contextual. Dessa forma, sabendo que esse ciclo de vida constitui o núcleo duro para o qual se direcionam as metodologias e os princípios do fazer arquivístico, então é forçoso reconhecer que há, factualmente, relação substancial entre a Arquivologia e a GI e GC.

Ademais, pode-se dizer que o plano estratégico ocupado pela gestão em relação à organização e ao fazer arquivístico, é também muito condizente com a organização contextual que a Arquivologia opera no âmbito organizacional, isso porque ao trabalhar a informação orgânica a Arquivologia não acrescenta, desde fora, nenhum elemento ‘artificial’ subdividindo a informação evidenciada de acordo com temas e assuntos, mas procura preservar a ordem original sob a qual os documentos emanaram, e assim acaba suficientemente refletindo o contexto organizacional. O fator estratégico nisso tudo está no fato de que os princípios e metodologias arquivísticos conseguem se ‘adaptar’ ao contexto de cada organização em particular o que é altamente pertinente, pois, como se sabe

[...] a gestão da informação ocorre em uma organização e não há duas organizações iguais, de modo que, cada organização desenha e desenvolve a sua gestão de acordo com suas próprias condições, com seus próprios componentes e com seu próprio alcance (PONJUÁN DANTE, 2008, p.36-37, tradução nossa).

Nesse sentido, para reforçar o argumento favorável ao posicionamento estratégico da relação Arquivologia-Gestão, vale lembrar a distinção entre estratégia e programa de acordo com as concepções de Edgar Morin (2005, p.79):

[...] a palavra estratégia não designa um programa predeterminado que baste para aplicar *ne variatur* no tempo. A estratégia permite, a partir

de uma decisão inicial, imaginar um certo número de cenários para a ação, cenários que poderão ser modificados segundo as informações que nos cheguem no curso da ação e segundo os elementos aleatórios que sobrevenham e perturbem a ação.

Isso é ilustrativo da forma como se pensa a relação entre o modo arquivístico de organização contextual da informação, a partir de uma abordagem sob a ótica da GI e da GC, pois o elemento estratégico está mais apto que qualquer outro para abarcar a totalidade de informação social que não se restrinja ao documento, mas que vai além, até os fluxos de informação formais e até o conhecimento.

Para melhor compreensão da linha de raciocínio aqui percorrida, é apresentado o Quadro 1, explicativo da problemática desenvolvida:

Quadro 1: Relação Ciência da Informação – Arquivística – Gestão.

| Áreas | Descrição | Abordagem | Posição Epistemológica |
|------------------------------|--|--|---|
| Ciência da Informação | Universo Teórico; subsidiadora teórica. | Explicativa não hermenêutica. | Abarca a Arquivologia e a gestão. |
| Arquivologia | Prática empírica de organização contextual da informação social. | Explicativa não hermenêutica; organização contextual e recuperação orgânica. | Abarcada pela CI e mantém nexos teórico com a gestão. |
| Gestão | Abordagem. | Complexa e abrangente. | Abarcada pela CI e mantém nexos teórico com a Arquivologia. |

Fonte: Elaborado pelos autores.

Tendo estabelecido e razoavelmente justificado o nexo entre o fazer arquivístico e a GI e GC dentro do domínio configurado pela Ciência da Informação, caberia posicionar nesse contexto a contribuição explicativa dos elementos ‘dados, informação e conhecimento’ enquanto fenômeno/processo informacional que constitui o ponto axial de onde parte o discurso sobre um tipo de abarcamento da informação produto e substrato das sociedades contemporâneas para dentro das possibilidades

explicativas do quadro conceitual que o desenho estrutural aqui pincelado quer servir de base funcional de validação.

Desde pelo menos a Década de 1970 e precisamente a partir da clássica definição da área de Ciência da Informação elaborada por Harold Borko (1968), se tem pensado a informação em moldes processo-fenômeno.

É nesse horizonte que a tríade conceitual ‘dados, informação e conhecimento’ (DIC) passa a ser focada como conjunto de conceitos chave para as fundamentações teóricas em Ciência da Informação na direção dos mais diversos temas de pesquisa.

E essa importância estrutural de DIC para a Ciência da Informação não se limitou as questões de fundamentação epistemológica ou de delimitação conceitual, mas logo se tornou também elemento fundante para os fazeres informacionais e para a elaboração de estratégias de gestão da informação e do conhecimento, no âmbito da competição organizacional e institucional.

Assim, o universo das noções depreendidas da trama conceitual em torno de DIC permite classificar esses termos como fatores estruturais constantes que perpassam (vinculando e performando) os continentes de termos, noções e metáforas da Ciência da Informação e da gestão, atribuindo a eles facetas teóricas e pragmáticas quanto a sua natureza, domínio, metodologias e outros elementos de função estrutural.

Em termos formais, Setzer (1999) define Dados “[...] como uma sequência de símbolos quantificados ou quantificáveis”, a informação como “[...] uma abstração informal (isto é, não pode ser formalizada através de uma teoria lógica ou matemática), que representa algo significativo para alguém através de textos, imagens, sons ou animação” e o conhecimento como “[...] uma abstração interior, pessoal, de alguma coisa que foi experimentada por alguém”.

Com vistas, ainda, a um maior esclarecimento do desenho abstrato/funcional de DIC, é possível traçar uma analogia com a figura de vasos comunicantes, em que a mesma água está por toda a parte, mas em cada um dos vasos com uma forma e, sobretudo, com uma função diferente.

Assim, essa ‘mesma água’ seria o fenômeno DIC, enquanto conceito de valor interpretativo/explicativo, e cada função e forma diferente refere-se a um contexto (seja semântico, linguístico, organizacional, entre outros). Tendo em mente que DIC presta-se a função de compreender e descrever o contexto, a chave para se efetivar essa sua função seria o estudo daqueles atributos que caracterizam DIC para dado contexto. Esses atributos são como ‘manifestações funcionais’ de DIC no contexto a que serve.

‘Manifestações funcionais’ tratadas por uma ‘abordagem pragmática’ (BUCKLAND, 1991, p.351-360), e por uma ‘*epistemopraxis*’ (CAPURRO, 2003) em que cada atributo é trabalhado para adaptar a teoria (DIC) a uma realidade informacional específica (o contexto).

Pragmática, todavia explicativa e não relativista, ou seja, uma abordagem que capte o contexto e o descreva visando um objetivo (como uma estratégia de competitividade no âmbito das organizações) e não uma abordagem incisiva que construa o contexto.

Nesse sentido, na esteira geral dos modos pelos quais se compreende DIC, a concepção aqui adotada visa a efeitos da ordem do discurso, ou seja, não se deduz de maneira simplificada a partir de técnicas empíricas de análise, mas busca assimilar o desenho estrutural de um processo comunicativo.

Com efeito, a GI e GC também abarcou em seu quadro de conceitos e noções a concepção processual e fenomenológica da informação (DIC, portanto), a partir da qual erigiu suas atividades estratégicas para cujo contexto “[...] dados, informação e conhecimento são insumos básicos para que essas atividades obtenham resultados satisfatórios ou excelentes” (VALENTIM, 2002).

Assim, DIC constitui lugar comum (no sentido da retórica clássica) no âmbito da gestão, sendo recorrentemente definido como processo em que de dados para informação e da informação para o conhecimento se tem um crescente de complexidade e de agregação tanto semântica, como de importância contextual, de valor estratégico entre outros itens qualificadores.

O conhecimento surge como a culminância do processo (apesar de não se dissociar dos outros dois elementos) e é compreendido como ativo

organizacional mais dotado de relevância estratégica, dada a conjuntura de alta competitividade em que as organizações empresariais se inserem hoje em dia. Consequentemente, as abordagens de gestão que focam o conhecimento despontam como os principais trunfos apresentados pelas grandes empresas.

Dentre essas abordagens, encontra-se a inteligência competitiva (IC) que assume como missão o trato e a otimização estratégica dos fatores intelectuais da organização em seus complexos meandros, como os aspectos culturais, psicológicos e tácitos.

Tendo em vista a relação entre a Arquivologia como fator operacional da gestão enquanto fator estratégico conforme explicado anteriormente, sugere-se a IC como um meio de, pela gestão (na posição estratégica), a Arquivologia (no quadro operacional) alcançar os ativos de conhecimento e com isso poder deixar o gueto historicista e patrimonialista.

Isso, além do mais, poderia se dar por meio de um posicionamento que aceitasse a informação orgânico-contextual arquivística não somente reduzida ao contexto institucional, mas abarcando também o ambiente organizacional e o contexto social.

Sendo a IC o mais alto patamar da agregação de estratégia competitiva ao conjunto de ‘dados, informação e conhecimento’ emanados do contexto organizacional, ela poderia constituir-se em mais um *locus* comum para o diálogo mais explícito entre a Arquivologia e a gestão, de forma que (ainda que na posição operacional) a IC estaria ‘elevando’ a Arquivologia até a abrangência do conhecimento.

E ao se abrir esse tipo de precedente, motiva o debate, além de contribuir para a complementaridade de perspectivas e para o surgimento de novas correntes de pesquisa.

O Quadro 2 ilustra os papéis da Arquivologia e da gestão no interior da Ciência da Informação em uma abordagem voltada ao contexto organizacional.

Quadro 2: Papéis da Arquivística, da Gestão e da Ciência da Informação em uma Abordagem Organizacional.

| Áreas/Subáreas | Papel | Características |
|------------------------------|---|--|
| Ciência da Informação | Universo teórico; subsidiadora teórica. | Embasamento conceitual e nocional; construção de metodologias; <i>lôcus</i> para interface entre campos que aportem à prática arquivística e à gestão. |
| Arquivologia | Fator operacional | Trato informacional de documentos e fluxos; contextualização de fundos; manutenção da ordem original. |
| Gestão | Fator estratégico | Meta-perspectiva; visão complexa do todo da organização; aspectos políticos; projeções futuras. |

Fonte: Elaborado pelos autores.

Por último, se faz necessário desenvolver algumas reflexões críticas sobre as relações (talvez problemáticas) entre informação e documento, já que se sugeriu nesse contexto que a Arquivologia pode se inter-relacionar, em termos teóricos, com a gestão da informação e do conhecimento, desde que não se atenha exclusivamente as concepções tradicionais de documento como elemento necessário suficiente do seu enfoque.

Para se obter alguns esclarecimentos, é preciso e suficiente revisitar a discussão sobre a distinção entre recuperação de fatos e entre a recuperação de documentos como escopo para o serviço informacional oferecido pela Ciência da Informação.

O conceito de recuperação de documentos orbita em torno da ideia de que mediante uma pergunta um sistema de informação oferecerá uma lista de documentos que poderão conter a resposta almejada, em alguma parte do seu conteúdo. Por outro lado, o conceito de recuperação de fatos exigiria que o sistema de informação entregasse a resposta, por assim dizer, pronta, sem que se precisasse procurá-la em meio ao entrecruzamento dos conteúdos dos documentos.

Em primeiro lugar, é gratuito o antagonismo que se levanta sobre esses dois conceitos, haja vista que são perfeitamente complementares, já que ao obter uma resposta a sua pergunta o usuário de informação,

provavelmente, vai querer obter dados que fundamentem e legitimem a resposta obtida, e assim terá que recorrer ao documento no que toca ao seu peso científico e até jurídico.

Em segundo lugar, é difícil compreender que um fato, ou seja, a resposta direta sem o documento possa ter para o usuário a mesma relevância (pelo menos científica) que uma informação com contexto recuperado, por meio do entrecruzamento de conteúdos documentais. Também nessa direção, Capurro e Hjørland (2007, p.184) inferem que

[...] a recuperação de documentos não deveria ser reduzida a sistemas de recuperação de fatos porque é frequentemente desejável saber a fonte (a fim de compará-la com outras fontes ou para avaliar sua autoridade cognitiva, por exemplo).

O que emerge desse contexto é que o que está em jogo não é propriamente a distinção real entre documento (suporte físico) e informação (conteúdo veiculado pelo documento, mas 'ontologicamente' independente dele), mas sim a distinção funcional entre perspectivas, em que um advoga a favor do utilitarismo e imediatismo da resposta direta (com suas implicações paradigmáticas, terminológicas etc.), e a outra defende o valor da contextualização da resposta (também com suas implicações); e, assim, tudo se mantém no nível do interesse funcional.

É precisamente essa espécie de apego que se critica na concepção tradicionalista da Arquivologia que a impede (sem fundamentação teórica, mas somente funcional) de abranger a gestão do conhecimento.

Portanto, não se desdenha da importância do documento em si mesmo, mas se questiona o posicionamento reducionista que certas correntes, quanto a sua recusa teórica de alargar e complementar o espectro de perspectivas.

Ressalta-se novamente que para o abarcamento da Arquivologia pela Ciência da Informação e para a interface daquela com a gestão, o documento (na concepção em si) não é esquecido, mas sim pensado em termos não exclusivos, assim como propõe SILVA (2002, p.39) “[...] o registro material ou físico (o documento) faz a informação existir, mas não a faz ser”.

Como fechamento do que configura essas reflexões, e como questão em aberto que acompanha marginal e subjacentemente aos enfoques diacrônicos sobre o processo comunicativo que partindo de dados, passando pela informação chegue ao conhecimento como efeito almejado, apresenta-se a seguir um ponto de debate que se arrasta desde há muito e que impacta sobre a Ciência da Informação (e sobre a Arquivologia no interior dela), trata-se de saber até que ponto o serviço informacional entendido como forma de gerenciar a informação social segundo fins preestabelecidos contribui para a criação de conhecimento útil a sociedade, dado que o aumento progressivo da disseminação da informação registrada acabou por desarticular a compreensão humana de unidade do conhecimento, tirando dela a sua inerente e necessária complexidade para se especificar e recortar quase que ilimitadamente.

Essa questão fica mais aguda a partir do momento em que se entende a informação em termos de processo-fenômeno cuja base em um conjunto de dados se ‘cria’ informação que, ao longo do processo vai sendo articulada para fazer surgir o conhecimento.

Para melhor ilustrar esse contexto de pensamento, seria interessante o recurso a um parágrafo de Platão. Platão expressava suas ideias em forma de diálogos, sendo Sócrates o personagem principal das tramas; pois bem, no diálogo *Fedro*, Sócrates está conversando com *Fedro* e como meio de argumentação ele acaba recorrendo a um mito egípcio que contém ensinamentos sobre a ‘ingerência’ da escrita na vida das pessoas.

Sócrates explica então, que em certa ocasião *Thot* o pai das letras e deus do tempo fez uma visita a *Thamus* rei do Egito. *Thot* instruiu o faraó em diversas artes que havia inventado, em particular, a arte da escrita.

Ao ponderar sobre esse seu invento, *Thot* argumenta ao faraó que este conhecimento (o da escrita) tornaria o povo mais sábio e robusteceria a sua memória; a escrita era na verdade um legítimo ‘elixir da memória e da sabedoria’. Mas o faraó não se deixou impressionar e previu o contrário como consequência do conhecimento da escrita. Previu que esse método iria produzir esquecimento nas almas das pessoas que o apreendessem porque descuidariam do exercício da memória, já que agora, estariam fiando-se da escrita externa e não a partir do seu próprio interior e de si

mesmos. Por conseguinte, segundo argumentava o faraó, esse invento não era um meio para recordar, mas para perceber e transmitir aos aprendizes dessa arte somente a representação da sabedoria, não a própria sabedoria; pois, a partir do uso da escrita as pessoas passariam a ser eruditos em muitas coisas, mas sem verdadeira instrução, e desse modo acabariam se julgando *experts* em mil assuntos quando na verdade não dominam efetivamente nenhum conhecimento e termina o faraó dizendo que tais pessoas são difíceis de tratar, pois não configuram verdadeiros sábios, mas sábios apenas na aparência (PLATÃO, 1989).

É claro que não há cabimento lógico em se aceitar em toda linha essa ideia que o texto de Platão quer transmitir, afinal se não fosse a escrita (informação evidenciada) não se teria notícia de Platão nos dias de hoje. Porém, o que permanece é que não se pode esquecer de se perguntar pela efetividade do processo informativo na criação de conhecimento para a sociedade, de tal modo que as discussões sobre se a Ciência da Informação deve focar informação ou documento ocupará necessariamente uma posição secundária e funcional.

É tudo muito difícil e não cabe juízo de valor, mas questão sobre se há equivalência entre quantidade de informações recopiladas e disseminadas e o concreto desenvolvimento do conhecimento deverá estar sempre presente como uma provocação a Ciência da Informação em seus estudos, para que ela possa se manter efetiva enquanto Ciência Social.

Por fim, o que aparentemente tem perpassado a reunião dos textos mais recentes sobre a constituição da Arquivologia, é a compreensão teórica que explica e legitima a noção seminal de abrangência do quadro de perspectivas da Arquivologia no sentido teórico de uma ‘modificação’ paradigmática.

Com efeito, essa modificação não se operaria nos termos de uma ‘revolução científica’ ao gosto de Kuhn, mas de um modo propriamente complexo que não levaria a rompimentos conceituais drásticos e sim a uma compreensão mais ampla e profunda dos escopos, conceitos, objetos, métodos e domínios.

Aliás, a noção de paradigma aqui seguida está na mesma esteira da aventada por Morin (2005, p.59):

Em nossa concepção, um paradigma está constituído por um certo tipo de relação lógica extremamente forte entre noções mestras, noções chave, princípios chave. Essa relação e esses princípios vão governar todos os discursos que obedecem inconscientemente seu governo.

O que se apreende a partir dessa definição é a compreensão de uma mudança cultural das perspectivas, a qual para se efetivar, poderia contar com o espectro de noção estrutural aberta e potencializada pelas tecnologias de informação e comunicação, uma vez que, ao alargar a ótica até o virtual, essas tecnologias com os modos de percepção social que transportam, acabaram propiciando o retorno do enfoque para elementos simbólicos e subjetivos, que por seu turno são expressivos de determinado contexto cultural.

Entretanto, o conjunto dos textos dá a entender que tal empreendimento teórico precisaria contar sempre com uma forte e sistemática cientificidade, a despeito de um pragmatismo fundamentado em técnicas de atuação empírica. Com vistas a isso é que se pensa a relação da Arquivologia com o universo teórico da Ciência da Informação para formar como que um *locus* que, de um lado, favoreça o diálogo com o quadro maior das ciências e, de outro lado, permita um abarcamento da informação enquanto elemento de um sistema social.

Dessa forma, fecha-se o anel e visualiza-se a figura completa da representação que, analiticamente, se coloca como uma trama de generalizações hipotéticas condizentes, mas não esgotadas, com cada uma das partes da ossatura em seus traços essenciais, quais sejam, a propensão, propriedade e potencial para o abarcamento do objeto: a informação social.

Da relação da Arquivologia com a GI e a GC ter-se-ia a perspectiva de abarcamento do conhecimento para dentro do quadro da organização contextual e orgânica, na qual a GI e GC abrangeriam um posicionamento estratégico de ótica generalizada sobre um contexto informativo.

Na relação da Arquivologia com a Ciência da Informação estaria, teórica e pragmaticamente, constituído o próprio caráter contextual para o trato informacional e a cientificidade requerida à localização da Arquivologia perante o quadro maior das ciências.

Na compreensão do processo comunicativo de informação social configurado funcionalmente com a tríade conceitual de ‘dados, informação e conhecimento’, se abriria uma rede discursiva mais ampla para, precisamente, alargar o horizonte conceitual da Arquivologia.

Apoiado nesse modelo seria possível verificar a pertinência teórica e a aplicabilidade pragmática de conjuntos de conceitos que se propusessem a compor o quadro arquivístico se serviço informacional socialmente contextualizado. Em outros termos, a criteriologia para a absorção de conceitos exigiria dos mesmos que simultaneamente tivessem propensão a significações de ordem contextual, de alcance da complexidade do conhecimento não se resumindo ao campo semântico sobre documento, dado e informação, e que fossem aptos a cientificidade.

A apreensão consciente dessa representação como um domínio discursivo possível lógica e pragmaticamente, ampliaria a margem de manobra da validação conceitual apropriada, uma vez que, além de compreender, propõe e favorece a complementaridade entre três esferas conceituais ao mesmo tempo distintas e solidárias em se tratando de espaço conceitual com suas variáveis de termos, noções, metáforas, percepções, símbolos, etc.

Uma Arquivologia assim constituída em aplicação científica de uma organização contextual e orgânica sobre um processo comunicativo que abrange o conhecimento - efeito de uma informação socialmente produzida - é o desenlace formal que a representação articulada por meio de notas de reflexão aqui desenvolvidas quer sugerir como uma possibilidade, convencionada com fins científicos, de esclarecimento da noção de uma Arquivologia perspectivada para novos usos.

A representação fica sugerida, em suma, como uma possível premissa para construções conceituais subsequentes acerca da informação social no prisma arquivístico de forma a colaborar no esclarecimento do domínio teórico cujo espaço discursivo favoreceria a validação dos conceitos a serem empregados na montagem de bases teóricas, metodologias e até instrumentos para o trato informacional mais direto.

REFERÊNCIAS

- BORKO, H. Information science: what is it? *American Documentation*, v.19, n.1, p.3-5, Jan. 1968.
- BUCKLAND, M. Information as thing. *Journal of the American Society of Information Science*, v.2, n.5, p.351-360, 1991.
- CAPURRO, R. Epistemologia e Ciência da Informação. In: CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 5., 2003. *Anais...* Belo Horizonte, 2003. (CD-ROM)
- CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O conceito de informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v.12, n.1, p.148-207, 2007.
- MORIN, E. *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulina, 2005.
- PLATÃO. *Fedro*. Lisboa: Guimarães Editores; LDA, 1989.
- PONJUAN DANTE, G. Gestión de información: precisiones conceptuales a partir de sus Orígenes. *Informação & Informação*, Londrina (PR), v.13, n.esp., p.26-38, 2008. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1830/1544>>. Acesso em: 08 out. 2010.
- SETZER, V. W. Dado, Informação, Conhecimento e Competência. *DataGramaZero*, Rio de Janeiro, n. zero, 1999.
- SILVA, A. B. M. da; RIBEIRO, F. A avaliação em arquivística: reformulação teórico-prática de uma operação metodológica. *Páginas A&B*, n.5, p.57-113, 2000.
- SILVA, A. B. M. da; RIBEIRO, F. *Das "Ciências" Documentais à Ciência da Informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto: Afrontamento, 2002.
- VALENTIM, M. L. P. Inteligência competitiva em organizações: dado, informação e conhecimento. *DataGramaZero*, Rio de Janeiro, v.3, n.4, 2002.